

A Atenção Dada ao Esporte e Lazer na Arena Política - Um Estudo sobre os Vinte Maiores Municípios do Estado da Bahia

Attention Given to Sport and Leisure in the Political Arena - A Study on the Twenty Largest Municipalities in the State of Bahia

Fabrizio dos Santos Palmito¹, Neidiana Braga da Silva Souza², Robério Chaves Pinheiro³,
Temistocles Damasceno Silva⁴

Submetido em: 30-04-2020

Aprovado em: 15-06-2020

Resumo

A arena política se apresenta como um espaço de disputas de poder em torno da definição de alternativas para determinado problema de ordem pública. Neste contexto, os agentes políticos tendem a elencar propostas no sentido de concitar a adesão da população ao plano de governo delineado durante o processo eleitoral. Nesta perspectiva, torna-se necessário compreender as prioridades direcionadas às políticas setoriais por parte das representações político-partidárias, especialmente em relação ao esporte e lazer, com vistas a análise das continuidades e rupturas do processo que envolvem a tomada de decisão na arena política. Sendo assim, o presente estudo teve como objetivo analisar as propostas para o esporte e lazer incutidos nos planos de governo dos candidatos eleitos ao cargo de chefe do poder executivo dos vinte maiores municípios do estado da Bahia, no que diz respeito ao processo eleitoral de 2016. Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e quantitativa (Gil, 2008). Os dados foram coletados nos planos de governo disponibilizados no link *DivulgaCand* do site do Tribunal Superior Eleitoral durante o processo eleitoral de 2016. Para a coleta das propostas, utilizou-se os seguintes descritores: “esporte”; “desporto”; “esportivo”; “esportiva”; “lazer”. Nesta lógica, foi possível coletar um conjunto de 275 propostas relacionadas ao tema investigado após a análise de 218 páginas. A organização e o tratamento dos dados foram realizados por meio da análise de conteúdo. Os dados coletados foram agrupados, com base nas representações político-partidárias, visando a identificação do quantitativo de ações por partidos políticos e municípios. Na sequência, foram analisadas as prioridades elencadas para o setor a partir das propostas coletadas. Os resultados apontaram que o Partido Social Democrático (PSD) apresentou o maior número de propostas para o setor. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores (PT) apresentou o maior quantitativo em relação ao número de propostas por município. As prioridades para o setor perpassam pela oferta de práticas esportivas para crianças, adolescentes, mulheres, deficientes e idosos. As demandas de infraestrutura esportiva voltadas para a construção e reformas de espaços e equipamentos esportivos e de lazer bem como, as iniciativas de modernização das unidades administrativas com vistas à otimização da eficácia e eficiência da política esportiva, foram propostas recorrentes nos planos de governo. No entanto, observou-se uma atenção reduzida para o financiamento e controle social da política em questão. A atenção dada ao esporte e lazer por parte dos agentes políticos e suas respectivas representações político-partidárias se apresenta de maneira difusa e assistemática.

Palavras-Chave: Política Pública. Planos de Governo. Esporte. Lazer. Bahia.

¹ Discente do curso de Educação Física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do Centro de Estudos em Política e Gestão do Esporte e Lazer (CEGEL). Av. José Moreira Sobrinho, s/n, 45205-490, Jequié, BA. E-mail: fp.palmito@hotmail.com

² Mestranda no programa associado de Pós-Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisadora do Centro de Estudos em Política e Gestão de Esporte e Lazer (CEGEL/UESB) e Observatório de Educação Física e Esporte (OEFE/UEM). E-mail: neidianabraga@gmail.com

³ Licenciado em Educação Física pela Universidade Católica de Salvador (UCSAL). Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Professor Adjunto do curso de licenciatura plena em Educação Física na (UESB). E-mail: rchavesp@globocom

⁴ Doutorando no programa associado de Pós-Graduação stricto sensu em Educação Física da UEM e UEL. Professor Assistente do curso de Licenciatura Plena em Educação Física da UESB e Coordenador do CEGEL/UESB. E-mail: tom@uesb.edu.br

Abstract

The political arena presents itself as a space for power disputes around the definition of alternatives for a given public order problem. In this context, political agents tend to list proposals to encourage the population to adhere to the government plan outlined during the electoral process. In this perspective, it is necessary to understand the priorities directed to sectoral policies on the part of political party representatives, especially in relation to sport and leisure, with a view to analyzing the continuities and ruptures of the process that involve decision making in the political arena. Thus, this study aimed to analyze the proposals for sport and leisure instilled in the government plans of candidates elected to the post of chief executive of the twenty largest municipalities in the State of Bahia, with regard to the 2016 electoral process. It is a documentary, exploratory and quantitative-qualitative research (Gil, 2008). The data were collected in the government plans made available on the link DivulgaCand on the website of the Superior Electoral Court during the 2016 electoral process. For the collection of proposals, the following descriptors were used: "sport"; "sport"; "Sporty"; "Sports"; "recreation". In this logic, it was possible to collect a set of 275 proposals related to the investigated theme through the analysis of 218 pages. The organization and treatment of the data was carried out through content analysis. The collected data were grouped based on political party representations, aiming to identify the number of actions by political parties and municipalities. Then, the priorities listed for the sector were analyzed from the collected proposals. The results showed that the Social Democratic Party (PSD) presented the largest number of proposals for the sector. On the other hand, the Workers' Party (PT) presented the highest amount in relation to the number of proposals per municipality. The priorities for the sector include the provision of sports practices for children, adolescents, women, the disabled and the elderly. Demands for sports infrastructure aimed at the construction and renovation of spaces and sports and leisure equipment as well as initiatives to modernize administrative units with a view to optimizing the effectiveness and efficiency of sports policy have been recurrent proposals in government plans. However, there was little attention paid to the financing and social control of the policy in question. The attention given to sport and leisure by the political agents and their respective political-party representations is diffused and unsystematic.

Keywords: *Public Policy. Government Plans. Sport. Leisure. Bahia.*

1 Introdução

Os estudos acerca do processo de formação da agenda apontam diversos pressupostos teóricos relacionados a explicação da dinâmica de escolhas das prioridades elencadas para os problemas que permeiam a gestão pública. Nesta perspectiva, Schattschneider (1960) aponta que a inserção de determinado problema como pauta da agenda estaria relacionada diretamente a mobilização delineada pelos agentes em torno do apoio à inserção de questões correlatas a interesses específicos. Por outro lado, Cobb e Elder (1971) sinalizaram a necessidade de compreender como um problema passa a ser considerado importante e quais fatores influenciam essa dinâmica. Rittel e Webber (1973) utilizaram o conceito de *wicked problems* como elemento de explicação da ineficácia do planejamento governamental e a sobreposição de posicionamentos particulares em detrimento aos critérios científicos, no processo de definição dos problemas.

Lindblom (1979) delineou outras variáveis para a análise da política pública, a saber: a integração entre as diferentes fases do processo decisório; as relações de poder; o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse. O autor criou um modelo teórico enquanto estratégia de análise da política pública, a partir do princípio da racionalidade limitada. O modelo denominado Incrementalismo defende a ideia de continuísmo da política, ao levar em consideração que os agentes públicos, dificilmente, irão provocar mudanças muito radicais no *status quo* do campo político. Desse modo, a tomada de decisão dos agentes públicos passa a ser orientada nas ações estabelecidas em governos anteriores, assumindo assim, um baixo custo político e limitando a capacidade de adoção de políticas públicas inovadoras.

Para Stone (2002), os discursos políticos são constituídos para auxiliar a inserção ou manutenção de determinados problemas na arena decisória. Sendo assim, os grupos políticos fariam uso de discursos construídos por meio de narrativas simbólicas antagônicas (direita x esquerda, capitalismo x socialismo, conservadores x progressistas) e narrativas numéricas (indicadores socioeconômicos e demográficos; relatórios de execução orçamentária, entre outros) com vistas à defesa dos seus interesses e ataque aos possíveis posicionamentos contrários. A linguagem simbólica encontra alicerce nos discursos de declínio ou progresso, ou seja, retratam o problema de acordo com os interesses dos atores. A narrativa numérica refere-se à utilização de informações técnicas no intuito de legitimação do problema.

Kingdom (2003) evidenciou a necessidade de distinção entre os conceitos de condições e problemas. Para o autor, uma condição pode ser representada por um fato casual como, por exemplo: os fatores que influenciam o acesso a prática esportiva (ausência de programas, espaços e equipamentos esportivos etc.). Contudo, tais condições apenas serão revertidas em problemas públicos a partir do momento em que os aspectos apresentados anteriormente, sejam levados em consideração pelos atores inseridos no processo de definição dos problemas e alternativas. Sendo assim, nem todo problema será visto como um problema público e, ao mesmo tempo, deixará de obter a atenção governamental.

Diante do exposto, percebe-se que os discursos e as ações políticas tornam-se um campo vasto de investigação para a compreensão da atenção dada às políticas setoriais por parte dos agentes políticos no processo eleitoral. O levantamento realizado por Canan, Silva e Starepravo (2019) acerca das propostas para o esporte nos planos de governo dos candidatos ao cargo de chefe do poder executivo dos estados brasileiros tornou-se uma base significativa para a identificação das relações estabelecidas entre a arena política e o fenômeno abordado. Entretanto, a maior parte da produção científica em políticas públicas de esporte e lazer ignora o processo da formulação da política e o processo decisório (Castro, Moro, Silveira, & Mezzadri, 2012; Amaral, Ribeiro, & Silva, 2012). De acordo com Mendes (2017, p. 2), “[...]”

os estudos em proximidade com este tema no Brasil simplesmente apresentam uma descrição da legislação e da estrutura institucional voltada à execução da política de esporte no país”.

Despertou-se então o interesse em compreender a relação entre os agentes e representações político-partidárias e a atenção dada ao esporte e lazer em contextos municipais durante o processo eleitoral. Neste sentido, o presente estudo teve como objetivo analisar as propostas para o esporte e lazer elencados nos planos de governo dos candidatos eleitos ao cargo de chefe do poder executivo dos vinte maiores municípios do estado da Bahia, no que se refere ao processo eleitoral de 2016.

2 Revisão de Literatura

A relação entre a política e o esporte no Brasil é permeada por diversos fatos históricos que materializam as prioridades delineadas ao longo do tempo por parte dos diversos governos que administraram o país. Torna-se necessário, portanto, elucidar os principais fatos que marcaram a história da política pública de esporte e lazer no país.

Ao analisar a política esportiva no período do Governo Militar, constatou-se que, o campo esportivo influenciou e foi influenciado por diversos movimentos que estavam em emergência no mundo, ocasionando assim, uma modernização das estruturas governamentais a partir do uso de instrumentos de gestão, tais como: a elaboração do Diagnóstico de Educação Física e Desportos em 1971 e da Política e do Plano Nacional de Educação Física e Desportos (1975). Esses elementos influenciaram ainda a modificação das bases esportivas nacionais, redimensionando os pilares da política em questão, por meio de três dimensões: educacional, rendimento e participação. Desta forma, ampliou-se o leque de ações no setor, resultando na implementação do Movimento Esporte Para Todos em 1979 (Souza, 2020).

No quadro político-administrativo do Brasil, a Constituição Federal de 1988 ocasionou a elaboração de diversas legislações relacionadas à reestruturação administrativa do esporte nos entes subnacionais. Esses dispositivos legais foram promulgados com o intuito de estruturar a política de esporte em âmbito nacional e estabelecer competências e finalidades para as estruturas administrativas. O Senado aprovou a Lei Mendes Thame (Lei n. 7.752, 1989), a qual organizou os dispositivos fiscais referentes ao imposto de renda e outros tributos atribuídos ao esporte amador. A referida legislação estabeleceu maneiras para deduzir o valor dos investimentos, patrocínios, contribuições, doações e despesas em prol da pessoa jurídica esportiva, que possui ou não fins lucrativos, sob condição de ser registrada no Ministério da Educação.

No ano de 1990 foi criada a Secretaria dos Desportos da Presidência da República - SEDES/PR, pelo Decreto n. 99.605. A referida instituição teve *status* de Ministério porque estava vinculada de forma direta ao Presidente da República e a lei em questão apresentou-se como marco inicial para a criação de um Ministério Nacional do Esporte (Bueno, 2008). Posteriormente, em 06 de julho de 1993, foi instaurada a Lei Zico (n. 8.672, 1993), a qual estabeleceu as normas gerais para a política de esporte no Brasil. Nesse sentido, o dispositivo legal mencionado definiu a prática esportiva formal como: aquela controlada por normas e regras nacionais e internacionais, aceitas por cada modalidade esportiva; e a prática desportiva não formal: caracterizada pela liberdade e diversão no momento de realização da atividade desportiva.

Em 01 de janeiro de 1995, o então presidente Fernando Henrique Cardoso, por meio da Medida Provisória n. 813 criou o cargo de Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes, vinculado ao Ministério da Educação e do Desporto (MED), indicando para a função Edson Arantes do Nascimento, o Pelé. No mesmo ano, em 04 de abril de 1995, foi criado o Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), com uma autarquia federal, pelo

Decreto n. 1.437. A referida estrutura teve como uma das principais finalidades implementar as deliberações referentes à política e aos programas e projetos de desenvolvimento do esporte, determinados por seu Conselho Deliberativo.

Em 24 de março de 1998, foi aprovada a Lei Pelé (n. 9.615, 1998) que determinou as diretrizes para o desporto nacional. A referida Lei buscou reforçar as diversas expressões esportivas e estruturar a política de esporte no Brasil, de maneira complementar a Lei Zico e outros dispositivos legais que foram decretados anteriormente. Em 16 de julho de 2001 foi promulgada a Lei Agnelo Piva (n. 10.264, 2001), a qual acrescentou incisos e parágrafos ao artigo n. 56 da Lei Pelé, que trata sobre recursos financeiros para o desporto.

No ano de 2003, no começo do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o esporte foi desmembrado do Ministério do Turismo, constituindo então, o Ministério do Esporte. Nesse cenário, o esporte passou a ter o *status* de Ministério, apresentando uma pasta específica para o fomento das ações esportivas. No decorrer das deliberações ministeriais, foram realizadas três Conferências Nacionais, com etapas estaduais e municipais no sentido de debater os rumos do setor. A 1ª Conferência aconteceu em 2004 e teve como temática o “Esporte, Lazer e o Desenvolvimento Humano”, com vistas à estruturação da Política Nacional de Esporte e Lazer. A referida política, publicada em 2005, apresentou diretrizes para o subsídio da ampliação do acesso ao esporte e ao lazer com base em ações estratégicas relacionadas a diversos temas, tais como: financiamento, controle social, infraestrutura esportiva, capacitação multiprofissional, dentre outros.

No que diz respeito a 2ª Conferência, realizada em 2006, priorizou-se a discussão sobre o processo de criação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Na 3ª edição, em 2010, o debate girou em torno dos megaeventos esportivos que iriam ser realizados no país. Nunes e Cunha (2014) afirmam que o governo federal estabeleceu o esporte de rendimento como prioridade nas agendas governamentais, levando-se em consideração a realização da Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016.

Nesse sentido, a existência do Ministério e o reordenamento institucional legislativo em escala Federal se apresenta como uma variável influenciável das prioridades para o setor no âmbito da arena política municipal, tendo em vista a ampliação das possibilidades de captação de recursos via Ministério para a infraestrutura e implementação de projetos esportivos e de lazer. Contudo, Canan et al. (2019, p. 6) relatam que “[...] a efetivação de políticas esportivas e as áreas específicas às quais serão destinadas dependem da discricionariedade dos agentes políticos e da arena social em que se encontram, com maiores ou menores demandas sociais”.

Diante do exposto, verifica-se a necessidade de compreensão do processo de escolha das prioridades correlatas ao esporte e lazer no contexto municipal, ao levar em conta as diversas variáveis que influenciam esse processo e a lacuna existente na área no que se refere a pesquisas relacionadas a formação da agenda para o setor.

3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa documental, exploratória e quanti-qualitativa (Gil, 2008). Os municípios escolhidos para a pesquisa representam os vinte maiores municípios do estado da Bahia, considerando-se a classificação demográfica estabelecida pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia (SEI) (2016), a saber: Salvador, Feira de Santana, Vitória da Conquista, Camaçari, Itabuna, Juazeiro, Lauro de Freitas, Ilhéus, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras, Alagoinhas, Porto Seguro, Simões Filho, Paulo Afonso, Eunápolis, Santo Antônio de Jesus, Valença, Candeias e Guanambi.

Em relação a coleta e organização dos dados, optou-se pelo delineamento metodológico proposto por Canan et al. (2019). Para tal, foram estabelecidos dois elementos

para análise: o quantitativo de propostas para o esporte e lazer por representação político-partidária e as prioridades elencadas para o setor. Nesta lógica, as propostas para o esporte e lazer foram coletadas por meio da análise de conteúdo dos planos de governo publicados pelas representações político-partidárias, durante o processo eleitoral de 2016. Vale destacar que foram analisados apenas os planos de governo dos candidatos eleitos ao cargo de chefe do poder executivo municipal. A fonte de coleta de dados foi o portal DivulgaCand, relacionado à divulgação de informações correlatas ao processo eleitoral. A coleta foi realizada utilizando-se dos seguintes descritores: “esporte” (169), “desporto” (6), “esportivo” (31), “esportiva” (89) e “lazer” (86). Desta forma, foi possível coletar 381 dados em 218 páginas de dezenove planos de governo. Apenas o plano de governo do município de Barreiras não foi localizado no portal do Tribunal Superior Eleitoral. Neste sentido, as propostas para o esporte e lazer por representação político-partidária foram agrupadas e, conseqüentemente, foi identificado o quantitativo de propostas em relação aos partidos políticos e municípios analisados.

No que diz respeito a análise das prioridades para o esporte e lazer com base na arena política, foram identificadas alternativas recorrentes e similares nas propostas dos partidos políticos e, portanto, agruparam-se as propostas a partir de indicadores analíticos análogos às ações estratégicas delineadas pela Política Nacional do Esporte (2005), conforme mostra a Tabela 1 e as explicações a seguir.

Tabela 1

Indicadores analíticos

Categoria
As prioridades para o esporte e lazer
Indicadores analíticos
Oferta de práticas esportivas e de lazer
Modernização administrativa
Capacitação multiprofissional
Manifestações esportivas
Infraestrutura esportiva
Financiamento
Controle social

Fonte: Dados da pesquisa.

A **oferta de práticas esportivas e de lazer** diz respeito às propostas vinculadas ao acesso da população às ações, projetos e programas de esporte e lazer, principalmente, aquelas direcionadas às crianças, adolescentes, mulheres, pessoas com deficiência e idosos.

A **modernização administrativa** refere-se às propostas de reorganização das unidades administrativas do esporte e lazer bem como a criação de entidades ou ações que possibilitem a eficácia e eficiência da política em questão.

A **capacitação multiprofissional** encontra-se relacionada às ações de formação inicial e permanente direcionadas aos agentes inseridos no campo esportivo.

As **manifestações esportivas** correspondem às atividades direcionadas ao esporte educacional, esporte de rendimento, esporte de participação e esporte de formação. Vale ressaltar que a classificação das manifestações esportivas teve como referência as diretrizes da Lei n. 9.615 de 1998, a qual estabelece a referida divisão para o esporte nacional. Para tal, considera-se o esporte educacional, enquanto práticas esportivas desenvolvidas nos sistemas de ensino, em formas assistemáticas na perspectiva do desenvolvimento integral do indivíduo e sua formação para o exercício da cidadania. O esporte de participação se apresenta como prática esportiva que visa a integração dos participantes na plenitude da vida social, promoção

da saúde, educação e meio ambiente. O esporte de rendimento vincula-se a obtenção de resultados com base nas regras das práticas esportivas. O esporte de formação relaciona-se pelo fomento e aquisição inicial de conhecimentos técnicos com vistas ao aperfeiçoamento da prática esportiva no âmbito da recreação ou competição (Lei n. 9.615, 1998).

O indicador **infraestrutura esportiva** representa as propostas voltadas à ampliação, construção, reforma, manutenção e/ou qualificação dos espaços e equipamentos esportivos e de lazer.

O **financiamento** diz respeito as atividades de ampliação, alocação e execução dos recursos financeiros vinculados a função Desporto e Lazer bem como, a implantação de mecanismos de captação de recursos para a referida área.

O **controle social** relaciona-se às propostas que almejam a participação da população no processo de planejamento, monitoramento e avaliação da política pública de esporte por meio de ferramentas de gestão participativa, tais como: encontros, fóruns, audiências, conferências e criação e/ou implantação de conselhos municipais voltados ao setor esportivo.

Nesta perspectiva, o estudo foi estruturado por meio de duas etapas. Na primeira etapa, examinou-se o quantitativo de propostas em relação às representações político-partidárias e municípios analisados; na segunda, analisou-se as prioridades para o esporte e lazer.

4 Resultados e Discussão

Ao analisar a relação estabelecida entre a política e o esporte, torna-se necessário o diagnóstico das representações político-partidárias envolvidas nessa dinâmica. Desta forma, constatou-se que o processo eleitoral municipal de 2016 estabeleceu um novo panorama político-partidário relacionado a gestão das prefeituras municipais investigadas, conforme pode ser observado na Figura 1.

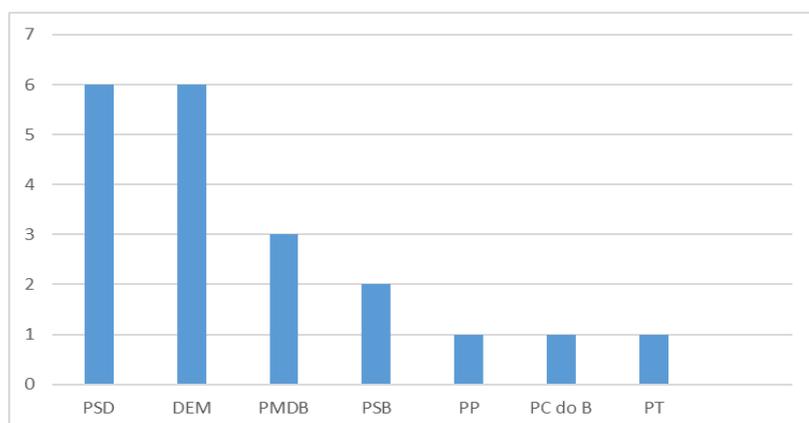


Figura 1 – Quantitativo de município x partidos políticos

Fonte: Dados da pesquisa.

Diante do exposto, pode-se constatar que a maioria dos municípios foram governados pelo Partido Social Democrático (PSD) e pelo Partido Democrata (DEM). O PSD esteve presente no comando de seis municípios: Eunápolis, Ilhéus, Porto Seguro, Paulo Afonso, Santo Antônio de Jesus e Teixeira de Freitas. O Partido Democrata (DEM) passou a comandar seis municípios: Salvador, Feira de Santana, Itabuna, Barreiras, Camaçari, Alagoinhas. Em seguida aparece o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) com três prefeituras nos municípios: Simões Filho, Valença e Vitória da Conquista. O Partido

Socialista Brasileiro (PSB) passou a comandar dois municípios: Guanambi e Jequié. Já o Partido Comunista do Brasil (PC do B) ficou no comando do município de Juazeiro, o Partido dos Trabalhadores (PT) o município de Lauro de Freitas e o Partido Progressistas (PP) o município de Candeias (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia [SEI], 2016).

O levantamento dos dados referente ao quantitativo de propostas por representações político-partidárias evidenciou a existência de 275 propostas, conforme pode ser observado na Figura 2.

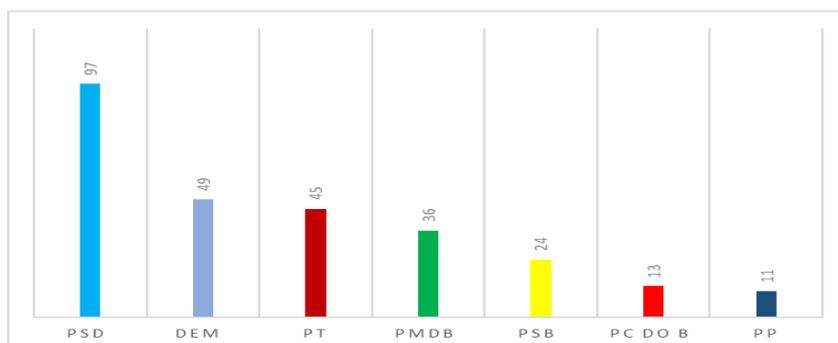


Figura 2 - Quantitativo de propostas para o esporte e lazer por representação político-partidária

Fonte: Adaptado de DivulgaCand (2016).

Do ponto de vista quantitativo, por representação político-partidária, o PSD apresentou o maior número de propostas (noventa e sete), considerando-se a soma do número de propostas dos seis municípios geridos pelo referido Partido. O DEM foi o segundo partido com mais propostas para o setor (quarenta e nove), contudo, apresentou um quantitativo abaixo do que o proposto pelo PSD, apesar de gerenciar seis municípios. O PT apresentou quarenta e cinco propostas, enquanto o PMDB, elencou trinta e seis propostas. O PSB propôs mais de vinte ações para o esporte e lazer. Por outro lado, o PCdoB e o PP apresentaram menos de vinte propostas, respectivamente.

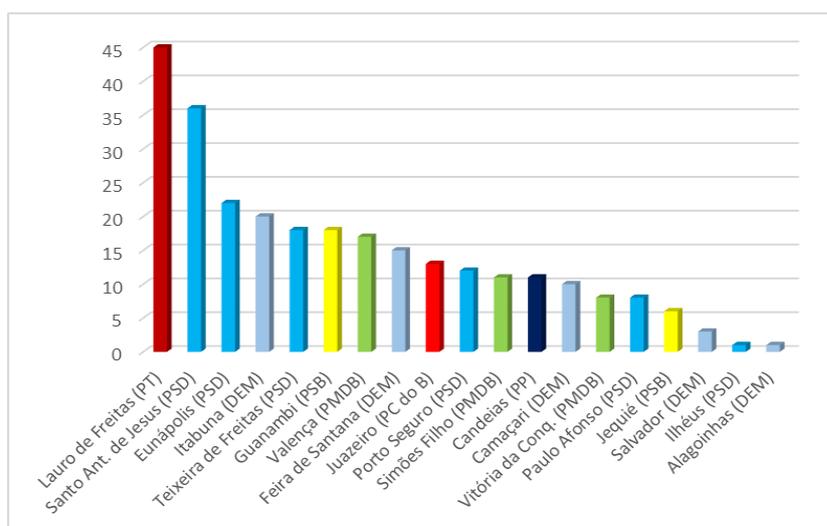


Figura 3 - Quantitativo de propostas para o esporte e lazer por município

Fonte: Adaptado de DivulgaCand (2016).

Ao observar o quantitativo de propostas por município (Figura 3) percebe-se que a candidata de Lauro de Freitas, vinculada ao PT, apresentou o maior número de proposições. Posteriormente, os candidatos de Santo Antônio de Jesus e Eunápolis, filiados pelo PSD, configuraram o segundo e o terceiro lugar, respectivamente. Outro ponto a ser destacado diz respeito ao município de Salvador, no qual o candidato do DEM apresentou três propostas para o esporte e lazer. Além disso, os candidatos do município de Ilhéus (PSD) e Alagoinhas (DEM) apresentaram apenas uma proposta para o setor abordado.

No que diz respeito a alocação das propostas por indicador analítico (Tabela 2), verificou-se uma predominância de 201 proposições relacionadas a *Oferta de práticas esportivas e de lazer* e *Infraestrutura esportiva*, correspondendo a, aproximadamente, 73,1% do total de propostas apresentadas. Por outro lado, as categorias menos incidentes foram a de *Capacitação multiprofissional* e *Controle social*, totalizando 10 proposições e representando, aproximadamente, 3,6% do universo de propostas.

Tabela 2

Propostas para o esporte e lazer com base nos indicadores analíticos

Partidos	Ofertas de práticas esportivas e de lazer	Modernização administrativa	Capacitação multiprof.	Manifestações esportivas	Infraestrutura esportiva	Financiamento	Controle social
PSD	43	2	1	17	27	05	-
DEM	19	-	-	06	19	04	-
PT	13	3	1	04	20	01	-
PMDB	17	2	-	04	13	-	-
PSB	09	1	1	05	07	-	-
PCdoB	05	-	-	01	05	02	-
PP	02	1	-	06	02	-	-
Total	108	9	3	43	93	12	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Ao comparar as representações partidárias e os indicadores elencados, percebeu-se que apenas o DEM e o PCdoB não propuseram ações correlatas a *Modernização administrativa* para o setor investigado. No que se refere a *Capacitação multiprofissional*, os partidos PSD, PT e PSB foram as únicas representações políticas que elencaram propostas para atender a referida demanda. Em relação ao *Financiamento*, o PMDB, PSB e o PP não direcionaram nenhuma ação para a categoria, demonstrando que a captação de recurso não seria uma prioridade a ser atendida no bojo do esporte e do lazer nos referidos municípios.

A garantia da *Oferta das práticas esportivas e de lazer* foi delineada como um problema a ser resolvido pela maioria dos partidos políticos analisados, tendo em vista o grau de importância e nível de percepção sobre determinado assunto e o potencial de captação de atenção dos atores centrais na tomada de decisão da arena política (Rocherfort & Cobb, 1994). Neste sentido, verificou-se que as alternativas elencadas visavam contemplar o acesso ao esporte e lazer para diversos grupos populacionais, tais como: mulheres, pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, e idosos.

No que se refere a participação das mulheres nas práticas esportivas, o PSD sinalizou o desenvolvimento de programas e atividades de esporte e lazer destinados às mulheres nos equipamentos públicos municipais. O PT indicou o fomento da prática do desporto feminino. O DEM propôs a implantação de dois centros comunitários de apoio às mulheres chefe de família, com a finalidade do atendimento às necessidades básicas da mulher, tais como: creche, escola, posto de saúde, parque infantil, quadra poliesportiva, cooperativa da mulher e

lavanderias. O PCdoB apontou ações voltadas à inclusão de mulheres no esporte (DivulgaCand, 2016).

As propostas apresentadas anteriormente alinham-se com as diretrizes da Política Nacional de Esporte, no ano de 2005. O referido documento reconhece a disparidade entre mulheres e homens e a necessidade de estabelecer diretrizes para igualar a participação entre os sexos e o fortalecimento da participação da mulher nesse fenômeno (Brasil, 2005). Contudo, percebe-se que a maior parte das propostas são difusas e assistemáticas. Ao analisar os discursos e os relatórios dos agentes inseridos na Fundação Municipal de Esportes de Florianópolis, Werle e Saraiva (2013) concluíram que as políticas públicas de esporte voltadas ao público feminino, se apresentam de maneira genérica.

O atendimento das pessoas com deficiência foi identificado nas propostas do PSD e PSB. Enquanto alternativa ao problema abordado, o PSD assegurou ampla participação de pessoas com deficiência nas práticas esportivas por meio da adequação dos espaços e equipamentos esportivos existentes. O PSB optou pela garantia da acessibilidade nos eventos esportivos e de lazer, almejando a inclusão das pessoas com deficiência nos ambientes públicos ou de caráter público (DivulgaCand, 2016).

Vale destacar que o Estatuto da Pessoa com Deficiência prevê, no capítulo IX, o atendimento prioritário a esse público com base no acesso às práticas esportivas formais e não formais, o incentivo ao lazer como promoção social e a adaptação das instalações desportivas (Lei n. 13.146, 2015). Todavia, apenas dois partidos propuseram ações relacionadas a temática. Para Caravage e Oliver (2018), os gestores e profissionais responsáveis pelo planejamento das políticas públicas devem considerar o modelo de concepção social da deficiência, a partir dos marcos legais e necessidades da população.

A promoção da saúde, por meio da prática esportiva regular, se apresentou como uma variável a ser equacionada por diversas representações político-partidárias. Neste sentido, o PT relatou o estímulo à prática de esportes e de atividades de lazer como forma de propiciar a saúde e integrar da população. O PCdoB projetou a transversalidade do esporte e lazer com as políticas de educação, cultura, turismo e de saúde. O DEM relatou a integração da política de esporte com as demais políticas públicas, especialmente, Educação e Saúde. O PSB indicou o ensino do esporte educacional como maneira de se promover a autoestima e a promoção da saúde. O PSD propôs o aumento da participação da população em geral, na prática da atividade física voltada para a saúde e qualidade de vida. Além disso, os planos do referido partido apresentaram uma série de propostas voltadas ao acesso à prática esportiva por parte da população idosa como vetor de promoção da saúde (DivulgaCand, 2016).

Diante de tais propostas, pode-se verificar o caráter emergencial do problema em que se demanda uma intervenção imediata do poder público. Logo, acredita-se que o público-alvo pode ter influenciado o reconhecimento de situações específicas como problemas de ordem política (Cobb & Elder, 1971). Contudo, os partidos políticos atendem, parcialmente, as ações estratégicas estabelecidas pela Política Nacional de Promoção da Saúde. A referida política tem como objetivo a promoção da qualidade de vida e a redução da vulnerabilidade e riscos à saúde relacionadas aos seus determinantes e condicionantes, modos de viver, condições de trabalho, ambiente, habitação, educação, lazer, cultura, acesso a bens e serviços essenciais (Portaria n. 687, 2006).

Nesta perspectiva, as principais ações contempladas relacionam-se à utilização do princípio da intersectorialidade no diagnóstico dos problemas e alternativas para a promoção da saúde. Além disso, a possibilidade de execução de programas e projetos esportivos voltados à qualidade de vida e bem-estar da população pode ser observada nas propostas analisadas. Porém, o número de partidos que reconheceram o problema foi reduzido tendo em vista o perfil epidemiológico dos municípios e as necessidades populacionais locais.

A modernização das entidades de administração do esporte foi considerada como alternativa para as limitações estruturais das unidades administrativas correlatas ao setor. O DEM foi o partido político que mais apresentou propostas correlatas ao indicador em questão, evidenciando assim, a criação da “Secretaria da Juventude” como entidade intersetorial do esporte e a implantação de uma gestão de resultados nos equipamentos esportivos públicos municipais. Além disso, propôs a integração das unidades administrativas do esporte com as demais entidades governamentais, especialmente, no setor de Educação e Saúde. Em adição, indicou a criação do “Centro de Estudos Científicos do Esporte” de Itabuna, formado, inicialmente, por profissionais da própria rede, cujo objetivo será a pesquisa experimental para a melhoria do desempenho dos atletas municipais, além da produção de novos conhecimentos. Por outro lado, o PSD indicou o estímulo ao empreendedorismo nas áreas de atividade física, saúde e esporte bem como a criação do “Conselho e Fundo Municipal para o Esporte”. O PT sinalizou a criação do “Sistema Municipal de Esporte e Lazer”, enquanto o PCdoB apontou a criação da “Agência de Esportes de Juazeiro” (DivulgaCand, 2016).

Apesar das diversas propostas de modernização administrativa apresentadas por alguns partidos políticos, enquanto alternativa para a qualificação da política esportiva, torna-se necessário elucidar que ainda não existem evidências científicas que corroborem com a associação entre o referido processo e a dinâmica orçamentária do setor. Ao investigar a gestão pública municipal do esporte nos municípios paranaenses, Santos (2016) constatou que não existe uma relação direta entre a estrutura administrativa e o montante de recursos financeiros para o esporte e lazer. Por outro lado, a autora evidenciou o Gestor Esportivo como principal elemento frente ao processo político abordado. Em adição, Santos e Starepravo (2018), consideram que as estruturas político-administrativas não podem ser definidas como variáveis determinantes de alocação e/ou execução dos recursos vinculados a Função Desporto e Lazer (FDL). Ao analisar as unidades administrativas do esporte e lazer nos municípios do Piauí, os autores concluíram que os perfis das referidas entidades não interferiram na capacidade de gasto per *capita* da FDL.

Em relação a capacitação e formação multiprofissional, o PT indicou a capacitação dos agentes comunitários de esporte e lazer, por meio de palestras, seminários, cursos e outros. O PSB indicou a capacitação dos profissionais da Secretaria de Esporte. O PMDB sinalizou a criação do “Projeto Jovem Monitor”. O PSD delineou a formação dos agentes sociais e dos servidores do esporte e do lazer, em parceria com os projetos sociais e universidades (DivulgaCand, 2016). Sendo assim, percebe-se que o processo de formação inicial e permanente ainda se apresenta de maneira embrionária quanto a percepção dos problemas e definição de alternativas para o esporte e lazer. Ao mesmo tempo, os dados corroboram com o pressuposto estabelecido por Starepravo (2011) que afirma que existe um distanciamento do conhecimento produzido pelo campo acadêmico/científico em relação ao campo técnico/burocrático no planejamento da política pública de esporte e lazer, tendo em vista que, apenas um partido levou em conta a possibilidade de materialização desse processo.

De maneira geral, os partidos políticos reconheceram a necessidade de implantação de ações voltadas às diversas manifestações esportivas, enquanto um problema da política pública de esporte e lazer. Sendo assim, o DEM considerou o esporte e lazer como ferramentas de desenvolvimento humano, econômico e social. No esporte de participação, as propostas foram direcionadas para o apoio à realização de diversos campeonatos nos bairros. No que se refere ao esporte de rendimento, indicou-se o desenvolvimento de atletas por meio de intercâmbio.

O PSD apresentou diversas propostas. No âmbito do esporte educacional observou-se a oferta de um sistema de ensino público com inserção de conteúdos esportivos no nível fundamental. O esporte de participação foi contemplado com base no apoio a criação de

campeonatos regionais em várias modalidades e no incentivo aos esportes indígena e de aventura. Além disso, indicou-se a criação da caravana do esporte para o atendimento das comunidades e dos bairros. Para o esporte de rendimento estabeleceu-se a criação de um programa de apoio aos atletas profissionais. No esporte de formação, um projeto de iniciação desportiva, nas modalidades olímpicas e paraolímpicas foi a principal proposta do partido em questão.

O PMDB apontou o desenvolvimento de um projeto de inclusão esportiva. Em adição, apresentou a possibilidade de desenvolvimento do projeto “Mais Educação”, articulado com as unidades administrativas do esporte e da cultura, na perspectiva do esporte educacional. No esporte de rendimento, observou-se a promoção de competições esportivas e implantação do projeto de desenvolvimento e intercâmbio de atletas. No que se refere ao esporte de participação, verificou-se a elaboração de um calendário para o esporte amador e o incentivo ao fomento da ginástica rítmica.

O PSB defendeu a integração dos profissionais de Educação Física das escolas municipais com a Secretaria de Esporte e Lazer como a principal proposta para o esporte educacional. Para tal, foi proposta uma parceria com a participação de monitores voluntários no sentido de atender estágios curriculares obrigatórios e desenvolver a capacitação dos profissionais da Secretaria de Esporte como agentes da cultura esportiva. No esporte de participação, indicou-se a abertura de oportunidades para que todos possam participar de práticas esportivas fomentando a inclusão social. Ao mesmo tempo, optou-se pelo fortalecimento das práticas desportivas não convencionais, como por exemplo, o fisiculturismo, halterofilismo e os *E-Sports*. Além disso, indicou ações intersetoriais a serem desenvolvidas de forma integrada com os Governos Estadual e Federal, por meio do programa “Crack é Possível Vencer”.

O PT propôs para o esporte educacional, a estruturação das escolas com capacidade de atender às necessidades de realização de atividades esportivas, culturais, interdisciplinares e viabilizar a ampla utilização da informática na educação. No esporte de rendimento, indicou parcerias com o Centro de Judô voltado para o desenvolvimento do esporte de alto rendimento. Na perspectiva do esporte de participação, o DEM priorizou a definição de áreas de lazer exclusivas aos domingos em diversos pontos da cidade, em adição a criação de academias ao ar livre em praças da cidade, visando o atendimento, sobretudo, dos idosos. Além disso, delineou propostas referentes às práticas esportivas voltadas para rendimento por meio de editais de apoio institucional.

No esporte de rendimento, o PP apontou a implantação do “Bolsa Atleta”. No esporte de formação, indicou a criação de escolinhas esportivas e, no esporte educacional, a implantação do programa “Bom no Esporte, Craque na Escola”, no sentido de incentivar as crianças para a prática de atividades físicas e conquista de bons resultados na escola. No esporte de formação, o PCdoB propôs a implantação de escolas de futebol nos distritos, visando o atendimento de crianças e adolescentes. Em relação ao esporte de participação, apresentou-se a possibilidade de utilização do rio São Francisco para a promoção de eventos esportivos. No esporte educacional, indicou-se a integração das ações educacionais com as diversas práticas de lazer, cultura e esporte.

Apesar de Martins (2004) concluir que o processo de escolhas na formulação e execução das políticas públicas de esporte no estado do Paraná sofreu influência da composição político-partidária decorrente do período que antecede as eleições, os dados ora apresentados se aproximam da perspectiva da autora, a qual defende que, alguns determinantes culturais são mais influentes no processo de formulação da política pública de esporte, do que o perfil político-ideológico dos governos.

A preocupação por parte dos partidos políticos no atendimento às questões relacionadas a infraestrutura esportiva, tornou-se uma ação recorrente. O PT indicou a construção, recuperação e iluminação de quadras poliesportivas. O PP optou pela reforma de estádios de futebol. O DEM direcionou a atenção a criação de academias ao ar livre, a recuperação e construção de novas quadras e campos, e a criação de novos espaços de recreação. O PSB focou a alternativa na construção de um espaço poliesportivo. O PMDB priorizou a manutenção e revitalização das praças. O PSD estabeleceu a construção de bibliotecas e quadras poliesportivas cobertas nas escolas da rede municipal. Além disso, diagnosticou-se soluções voltadas à construção e reformas de quadras poliesportivas e ofertas de espaços e instalações para atividades físico-desportivas nas áreas urbanas e rurais. O PCdoB indicou a implantação de equipamentos de ginástica para a prática de exercícios físicos nos bairros, criação de parques infantis nos bairros periféricos, construção de quadra coberta nos bairros e distritos que ainda não foram contemplados. O partido ainda sinalizou a construção de praças para prática de educação física nos bairros e distritos (DivulgaCand, 2016).

Ao analisar os dados apresentados anteriormente, percebe-se a ausência de elementos que sobreponham a finalidade exclusiva de previsão de construção e/ou manutenção da infraestrutura esportiva. Para Marcellino (2006) existe a necessidade de pensar o acesso aos espaços e equipamentos esportivos e de lazer de maneira ampla, contemplando um planejamento que estabeleça a manutenção dessas estruturas, a formação de quadros técnicos para a gestão da infraestrutura esportiva e a implantação de programas de atividades que estimulem o incentivo à apropriação desses espaços e equipamentos.

O financiamento também se apresenta como um problema identificado pelos partidos políticos. O PT indicou como alternativa, recursos financeiros para o desenvolvimento cultural por meio de eventos de capoeira. O PCdoB apontou a captação de recursos necessários ao desenvolvimento de projetos sociais esportivos via Lei de Incentivo Estadual ao Esporte com vistas a democratizar, cada vez mais, o acesso e a intensificação de práticas do esporte. O DEM propôs a busca por recursos externos para o financiamento de times amadores e profissionais e parceria junto a iniciativa privada e ao terceiro setor para viabilizar atividades esportivas comunitárias. O PSD buscou, em seu plano, a ampliação da captação de recursos para investimento em esportes por meio de parcerias com os governos Federal e Estadual bem como, com as empresas privadas (DivulgaCand, 2016).

De acordo com Santos, Canan e Starepravo (2018), a maior parte dos municípios do estado da Bahia apresentou investimentos para o esporte e lazer, no que se refere ao período de 2002 a 2011. Para os autores, existem fatores institucionais internos aos municípios que possibilitaram a descentralização da política esportiva local. Os indícios apontam que as propostas apresentadas pelos partidos políticos podem ser reconhecidas como fatores institucionais, ao passo que as ações de captação de recursos de ordem pública oriunda de outros órgãos governamentais e de ordem privada via empresas locais, tornam-se ferramentas significativas de complementação do orçamento destinado ao esporte e lazer.

Ao considerar a importância da participação popular no processo de planejamento e avaliação da política esportiva por meio de canais permanentes de comunicação, três partidos reconheceram tal problema e, ao mesmo tempo, estabeleceram alternativas para a questão. O PT indicou a criação de “Câmaras Setoriais de Esporte e Lazer” e de um “Conselho Consultivo Municipal de Esporte e Lazer”. O PSD também indicou a possibilidade de criação de um “Conselho Municipal de Esporte”. O PCdoB propôs o fortalecimento do “Conselho Estadual de Esporte e Lazer”.

Ao considerar que a inexistência de uma formulação definitiva se vincula à dificuldade de resolução acerca da definição do problema e envolve um número significativo

de atores nesse processo, percebe-se que os dados apresentados indicam a pouca atenção dada a gestão participativa em relação a maioria dos partidos políticos investigados (Rittel & Webber, 1973). Tais dados corroboram com o estudo de Barreto, Silva e Andrade (2016). Os autores apontam as fragilidades do Sistema Baiano de Esporte e Lazer em relação a garantia de instrumentos de controle social voltados a política em questão.

5 Considerações Finais

Ao analisar os planos de governo das diversas representações político-partidárias que administraram os vinte maiores municípios baianos, foi possível examinar o quantitativo de propostas e, ao mesmo tempo, compreender as percepções dos problemas e as definições das alternativas para o esporte e lazer.

O agrupamento de propostas por representação político-partidária revelou o PSD como o partido político com o maior quantitativo de alternativas para o setor em questão. Em contrapartida, o PT destacou-se ao elencar a maior quantidade de propostas em relação a análise individual dos municípios. Desta forma, pode-se constatar que o esporte e lazer são questões recorrentes na percepção dos problemas relacionados a política pública, independentemente, da representação político-partidária investigada.

A atenção dada aos fenômenos abordados girou em torno da oferta de práticas vinculadas às diversas manifestações esportivas existentes: esporte educacional, esporte de rendimento, esporte de participação e esporte de formação. Tais práticas foram relacionadas a promoção de programas e projetos esportivos para crianças, adolescentes, mulheres, deficientes e idosos. Ao mesmo tempo, os partidos políticos sinalizaram a necessidade de atendimento das demandas de infraestrutura esportiva, priorizando a construção e reformas de espaços e equipamentos esportivos e de lazer. Outro ponto a ser destacado diz respeito às propostas de modernização das unidades administrativas correlatas ao tema abordado.

Todavia, o reconhecimento da participação popular no processo de planejamento e avaliação da política pública de esporte e lazer tornou-se uma questão embrionária para os partidos políticos em geral. Além disso, a capacitação dos recursos humanos inseridos na Gestão Esportiva e a captação de recursos financeiros por meio de parcerias público-privadas foram propostas pontuais no universo investigado.

Por fim, acredita-se que a percepção dos problemas e definição das alternativas para o esporte e lazer, por parte das representações político-partidárias, não apresentam relação significativa com o conjunto de informações que permeiam a dinâmica da política pública ao considerar a escassez da utilização dos indicadores socioeconômicos e político-administrativos dos municípios analisados no processo de tomada de decisão sobre as alternativas a serem elencadas para o setor esportivo.

5 Limitações, Restrições e Sugestões para Novos Estudos

A análise do processo de formação da agenda com base nas prioridades elencadas na arena política, torna-se um desafio para os pesquisadores da política pública de esporte e lazer, tendo em vista a dificuldade de acesso aos documentos necessários ao desenvolvimento da pesquisa. Outro ponto importante a ser considerado refere-se ao grau de abstração das propostas coletadas, dificultando assim, o processo de análise dos dados. Além disso, percebe-se a carência de produções científicas que utilizam os pressupostos teóricos oriundos da Ciência Política, enquanto referencial de análise, limitando uma discussão teórica mais aprofundada sobre o objeto de estudo. Nesta perspectiva, torna-se necessário o desenvolvimento de novos estudos na área, com vistas a compreensão do processo de

formação da agenda governamental para o esporte e lazer nos municípios analisados, possibilitando assim, o entendimento sobre as prioridades dos formuladores de política em relação a temática ora analisada.

Referências

- Amaral, S. C. F., Ribeiro, O. C. F., & Silva, D. S. (2012). Produção científico-acadêmica em Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil. *Motrivivência*, 26(42), 27-40.
- Barreto, C. J., Silva, T. D., & Andrade, P. M. (2016). O controle social no estado da Bahia: Uma análise sobre o Sistema Estadual de Esporte e Lazer. *Coleção Pesquisa em Educação Física*, 15(2), 81-90.
- Brasil. (2005). *Política Nacional de Esporte*. Brasília: Ministério do Esporte.
- Bueno, L. (2008). *Políticas públicas do esporte no Brasil: Razões para o predomínio do alto rendimento* (Tese de doutorado) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV), São Paulo, SP, Brasil.
- Canan, F., Silva, T. D., & Starepravo, F. A. (2019). *O esporte nas eleições 2018*. Marechal Cândido Rondon: Unioeste.
- Caravage, A., & Oliver, F. C. (2018, jul.-set.). Políticas Públicas de Esporte e Lazer para Pessoas com Deficiência. *Movimento*, 24(3).
- Castro, S. B. E. de, Moro, N. R. N. de L., da Silveira, L. R. T., & Mezzadri, F. M. (2012). *O estado da arte em políticas sociais de esporte e lazer no Brasil (2000-2009)*. *Pensar a Prática*, 15(2).
- Cobb, R. W., & Elder, C. D. (1971). The politics of agenda building: An alternative perspective for Modern Democratic Theory. *Journal of Politics*, 33(4), 892-915.
- Decreto n. 99.605, de 13 de outubro de 1990*. Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria dos Desportos da Presidência da República, e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99605.htm
- Decreto n. 1.437, de 4 de abril de 1995*. Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto, e dá outras providências. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1995/decreto-1437-4-abril-1995-426217-norma-pe.html>
- DivulgaCand. (2016). *Eleições 2016 - Tribunal Superior Eleitoral*. Recuperado de <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/estados/2016/2/BA/municipios>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas.
- Kingdon, J. (2003). *Agendas, alternatives, and public policies* (3rd. ed.) New York: Harper Collins.

- Lei n. 7.752 de 14 de abril 1989.* Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto sobre a renda e outros tributos, concedidos ao desporto amador. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7752.htm
- Lei n. 8.672 de 06 de julho de 1993. Lei Zico.* Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1993/lei-8672-6-julho-1993-349784-norma-pl.html>
- Lei n. 9.615 de 24 de março de 1998. Lei Pelé. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências.* Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19615compilada.htm
- Lei n. 10.264 de 16 de julho de 2001. Lei Agnelo Piva.* Acrescenta inciso e parágrafos ao art. 56 da Lei n. 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10264.htm
- Lei n. 13.146 de 06 de julho de 2015.* Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm
- Lindblom, C. E. (1979). Still muddling, not yet through. *Public Administration Review*, 39(6), 517-526.
- Marcelinno, N. C. (2006). O lazer e os espaços na cidade. M. Linhares, & H. Isayama (Org.). *Sobre lazer e política: Maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Martins, D. J. Q. (2004). *A formulação e a implementação das políticas públicas no campo do esporte no estado do Paraná entre 1987 e 2004* (Dissertação de Mestrado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Medida Provisória n. 813, de 1º de janeiro de 1995.* Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Recuperado de <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/1995/medidaprovisoria-813-1-janeiro-1995-377320-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Mendes, A. D. (2017). *A política da política de esporte: Uma análise da Frente Parlamentar do Esporte e da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados na 54ª Legislatura* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil.
- Nunes, C. C. & Cunha G. S. V. T. (2014). Estado e as políticas públicas esportivas: O contexto brasileiro. *Revista da Alesde*, 4(2), 4-15.
- Portaria n. 687 de 30 de março de 2006.* Aprova a Política de Promoção da Saúde. Recuperado de http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt0687_30_03_2006.html
- Rittel, H. W. J., & Webber, M. M. (1973). Dilemmas in a General Theory of Planning. *Policy Sciences*, (4), 155-169.

- Rocherfort, D. A., & Cobb, R. W. (1994). *The politics of problem definition: Shaping the policy agenda*. University Press of Kansas.
- Santos, E. S., Canan, F., & Starepravo, F. A. (2018). Investments in the sport and leisure function by municipalities. In Bahia from 2002 to 2011. *Journal of Physical Education*, 29, 1-10.
- Santos, E. S. dos, & Starepravo, F. A. (2018). Estrutura Político-Administrativa dos Governos Municipais do Piauí e Investimento no Esporte e no Lazer. *LICERE - Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 21(4), 166-183. <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1935>
- Santos, L. L. S. R. (2016). *Gestão pública de esporte no estado do Paraná: Estrutura e financiamento* (Dissertação de Mestrado em Educação Física). Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.
- Schattschneider, E. E. (1960). *The Semisovereign People: A realist view of Democracy in America*. Hinsdale: Dryden Press.
- Souza, N. B. S. (2020). *Políticas públicas de esporte no Brasil e o Governo Militar: Uma análise do Movimento Esporte Para Todos* (Dissertação de mestrado em Educação Física). Centro de Ciências da Saúde. Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, PR, Brasil.
- Starepravo, F. A. (2011). Políticas Públicas de Esporte e Lazer no Brasil: Aproximações, Intersecções, Rupturas e Distanciamentos entre os Subcampos Político/Burocrático e Científico/Acadêmico (Tese de Doutorado em Educação Física). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Stone, D. A. (2002). *Policy paradox: The art of political decision making*. Nova York: Norton & Company.
- Superintendência de Estudos Sociais e Econômicos do Estado da Bahia. (2016). *Eleições 2016*. Recuperado de https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2384:sei-divulga-mapa-das-eleicoes-nos-municipios-baianos-em-2016&catid=10&Itemid=565
- Toledo, R. M. (2014). *As políticas públicas e o direito “social” ao esporte: Uma análise a partir do estado do Paraná (1995-2010)* (Tese de Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Werle, V., & Saraiva, M. do C. O. (2013, jul.-set.). As Relações de Gênero na Fundação Municipal de Esporte de Florianópolis: Políticas Genéricas, Atendimento Generificado. *Movimento*, 19(3). doi: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.31754>